

Breve olhar sobre a história da educação surda e da língua de sinais brasileira

Rodrigo Janoni Carvalho¹

Resumo

Esta análise apresenta características referentes ao mundo da educação surda mediante breve observação do histórico da mesma e por meio de apontamentos sobre as filosofias educacionais surdas, destacando-se a importância do bilinguismo e o papel da Língua de Sinais Brasileira.

Palavras-chave

Educação Surda. Histórico Surdez. Libras.

1. Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: rudriou7@gmail.com.

A brief look at the history of deaf education and Brazilian sign language

Rodrigo Janoni Carvalho*

Abstract

This analysis provides characteristics related to the world of deaf education through a brief observation of its history and by notes on the philosophies of deaf education, highlighting the importance of bilingualism and the role of Brazilian Sign Language.

Keywords

Deaf Education. Deaf History. LIBRAS.

* Graduated in History at the Federal University of Uberlândia. E-mail: rudriou7@gmail.com.

Introdução

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma língua que tem adquirido maior visibilidade na sociedade, na medida em que se expandem os movimentos a favor dos direitos dos surdos, conforme a cultura e a língua própria do *povo surdo*², mediante a opressão de uma sociedade, que ao longo dos anos, impôs uma espécie de “modelo ouvintista” de viver.

As línguas de sinais são as línguas naturais das comunidades surdas e ao contrário do que se pensa, não são simplesmente mímicas ou gestos soltos já que possuem estruturas gramaticais próprias. Além disso, lhe é atribuído o status de língua porque elas também são compostas pelos níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. Sua diferença fundamental é a sua modalidade visual-espacial³.

A legislação que dispõe sobre a língua de sinais é bastante recente⁴, mas a luta pelos direitos dos surdos é longa. Dessa forma, ao esboçarmos um breve histórico sobre a educação surda, assim como sobre as filosofias educacionais neste campo, podemos compreender aspectos importantes na relação entre surdos e ouvintes e o choque entre as culturas, as especificidades e as metodologias de ensino.

A Libras possui todos os elementos classificatórios identificáveis numa língua e demanda prática para seu aprendizado, constituindo-se em uma língua viva e autônoma. Da mesma forma que as línguas orais-auditivas variam de lugar para lugar, de comunidade para comunidade, a língua de sinais também varia, existindo em vários países

(SILVA, 2007, p. 9-10). A língua não é de um país, mas de um povo que se autodenomina *povo surdo*, isto é, pessoas que se reconhecem culturalmente não pela ótica medicalizada e possuem organização política e habilidades, nas quais a habilidade visual é a principal, constituindo o cerne da expressão linguística.

Para compreender a existência da cultura surda é necessário dela se aproximar, deixando de lado pré-conceitos e abrindo-se à pluralidade. Conhecer a história e as filosofias educacionais para o povo surdo é um dos passos primordiais para analisarmos criticamente as consequências de cada filosofia no desenvolvimento das crianças, assim como a forma pela qual os surdos foram tratados ao longo do tempo.

Desde a Antiguidade, a visão negativa do surdo como aquele que não pode ser educado foi predominante. Mais além, eram vistos com piedade e compaixão, como castigados pelos deuses ou enfeitados, ou, de forma mais desprezada, sendo abandonados ou até sacrificados. Em sociedades em que predominavam o espírito guerreiro e a idolatria pela perfeição física (como Esparta e Roma) havia sacrifícios daqueles que nasciam fora do padrão da “normalidade”, isto é, com algum tipo de deficiência física ou mental. De modo geral, nas sociedades do mundo considerado antigo e/ou clássico, o povo surdo era marginalizado: seus membros eram estereotipados como “anormais”, isolados, presos, considerados párias e vistos como improdutivos ou inúteis.

É somente no século XVI, que surgem

2. Conforme Strobel (2006, p. 246), o povo surdo é o conjunto de sujeitos surdos que não habitam o mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, como a cultura surda, usam a língua de sinais, têm costumes e interesses semelhantes, histórias e tradições comuns e qualquer outro laço compartilhado.

3. Extraído de <<http://www.Libras.org.br>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

4. Lei Federal nº 10.436/2002 (Lei Ordinária); Decreto nº 5.626/2005; Lei nº 10.098/2000. Disponíveis em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>>; <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>>; <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/Leis/L10098.htm>> e <<http://www.surdo.org.br/informacao.php?la=pt&info=QuadroGeral>>. Acessos em: 18 fev. 2011.

os primeiros educadores de surdos. O monge beneditino espanhol Pedro Ponce de Leon (1520-1548) foi um importante educador e criou uma escola de professores de surdos. Utilizava a datilologia – representação manual das letras do alfabeto –, a escrita e a oralização como metodologias de ensino.

Esta preocupação educacional de surdos deu lugar às aparições de numerosos professores que desenvolveram, simultaneamente, seus trabalhos com os sujeitos surdos e de maneira independente, em diferentes lugares da Europa. Havia professores que se abocavam na tarefa de comprovar a veracidade da aprendizagem dos sujeitos surdos ao usar a língua de sinais e o alfabeto manual e em muitos lugares havia professores surdos (STROBEL, 2006, p. 248).

O século XVIII é considerado o período mais fértil da educação surda face ao aumento do número de escolas e do ensino da língua de sinais. Os surdos podiam aprender e dominar diversos assuntos, bem como exercer várias profissões. Destacou-se na época, o abade francês Charles Michel de L'Épée (1750), que criou os "Sinais Metódicos", uma combinação de língua de sinais com gramática sinalizada francesa. Este educador transformou sua casa em escola pública e acreditava que todos os surdos deveriam ter acesso à educação. No mesmo século, o alemão Samuel Heinick (1754) esboçou as primeiras noções da filosofia oralista.

No século seguinte, nos Estados Unidos, Thomas Hopkins Gallaudet e Laurent Clerc (1815) unem o léxico da língua de sinais francesa com a estrutura da língua francesa, adaptando-os para o inglês, em 1815. Disto surgiram os primeiros esboços da Comunicação Total. Em 1864 é fundada a primeira universidade para surdos em homenagem ao pesquisador, a Universidade Gallaudet. Atualmente, além desta, existe apenas a Tsukuba College of Technology (Japão).

A partir da década de 1860, o oralismo ganhou força e aumentou a oposição à língua de sinais. Em 1880, durante o Congresso

Internacional de Educadores de Surdos em Milão, na Itália, a língua de sinais foi proibida, o que provocou uma reviravolta na educação de surdos. Naquela ocasião os professores surdos foram proibidos de votar. Apesar de tal mudança, os códigos não chegaram a ser eliminados, mas foram conduzidos ao mundo marginal, onde sobreviveram devido às contraculturas. Dessa forma, o atendimento aos surdos ficou voltado à filantropia e ao assistencialismo: os indivíduos eram entregues pelas famílias às instituições e aos asilos, em regime de internato.

Existiram várias tentativas de resgatar os surdos do anonimato durante século XX, contudo o ouvintismo ganhava força e legitimidade pelos discursos científicos, sobretudo pela visão clínica que, de modo geral, encara a surdez como uma doença. Em 1960, a publicação de William Stokoe, "*Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication System of the American Deaf*", começou a modificar a visão da sociedade em relação aos surdos.

A partir desta publicação surgiram diversas pesquisas sobre a língua de sinais e sua aplicação na educação e na vida do surdo, que, aliadas a uma grande insatisfação por parte dos educadores e dos surdos com o método oral, deram origem à utilização da língua de sinais e de outros códigos manuais na educação da criança surda (GOLDFELD, 2001, p. 28).

A década de 1960 ainda seria marcada pelos estudos de Dorothy Schiffler (1965), constituindo a Abordagem Total, e Roy Holcom (1968), que fundamentou a Comunicação Total. Nas décadas seguintes, diversos países perceberam que a língua de sinais deveria ser utilizada independentemente da língua oral, isto é, o surdo deveria utilizar sinais em determinadas situações e a oral em outras ocasiões, e não concomitantemente, como era feito. As décadas de 1980 e 1990 marcaram o desenvolvimento da filosofia Bilíngue, que, a partir de então, ganhou mais e mais adeptos em todo mundo.

No Brasil, percebemos a convivência das três principais abordagens pedagógicas nas quais sempre existiram divergências – oralismo, Comunicação Total e bilinguismo. A educação surda iniciou-se no Brasil durante o Segundo Império, quando Dom Pedro II trouxe para o Brasil o professor surdo francês Hernet Huet. Em 1857 foi fundado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES). Em 1911 estabeleceu-se o oralismo puro, contudo, de forma marginalizada, outras filosofias perduraram.

Este panorama começou a alterar-se nas décadas de 1970 e 1980, com os estudos sobre Comunicação Total e a visita da pesquisadora Ivete Vasconcelos. As décadas seguintes marcaram a ascensão do Bilinguismo com as pesquisas da professora Lucinda Ferreira Brito (1993) que, em 1994, propôs a abreviação “LIBRAS” para a língua de sinais no Brasil. Hoje, contamos com salas com recursos e espaços educacionais para os surdos, contudo ainda é muito pouco para realidade em que vivemos. A maioria dos países convive com estas diferentes visões filosóficas sobre os surdos e sua educação. Observemos brevemente os princípios de cada uma destas filosofias.

Filosofias educacionais

O Oralismo visa à integração da criança surda na comunidade ouvinte, observando a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Assim, esta corrente educacional prioriza desenvolver uma personalidade ouvinte em uma pessoa surda em direção à “normalidade” e “não surdez”. A crença de que a língua oral é a única forma desejável de comunicação é predominante para os educadores que se baseiam nesta filosofia. Para o oralismo,

A criança surda deve, então, se submeter a um processo de reabilitação que inicia com a estimulação auditiva precoce, ou seja, que

consiste em aproveitar os resíduos auditivos que quase a totalidade dos surdos possuem e possibilitá-las a discriminar os sons que ouvem [...] deve chegar à compreensão da fala dos outros e por último começar a oralizar. Este processo, que deve ser iniciado ainda no primeiro ano de vida, dura em torno de 8 a 12 anos, dependendo das características individuais da criança (GOLDFELD, 2001, p. 32).

Os surdos que conseguem dominar as regras da língua oficial, no caso brasileiro, a língua portuguesa, e conseguem falar – oralizar – são considerados bem-sucedidos e aptos como membros da comunidade ouvinte. Porém, a história da educação surda mostra-nos que as crianças geralmente não têm acesso a uma educação especializada e que a língua oral não dá conta de todas as necessidades e especificidades da comunidade surda.

Já a Comunicação Total possui como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes, considerando que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Tal corrente utiliza basicamente recursos espaço-visuais como facilitadores de aprendizagem. Esta filosofia defende o uso de qualquer recurso linguístico para facilitar a comunicação: sinais, oralidade ou códigos manuais.

Nesse ponto, a família é bastante valorizada, uma vez que lhe cabe o papel de compartilhar valores e significados na formação da subjetividade da criança surda. Entretanto, a Comunicação Total não privilegia o fato da língua de sinais ser natural e carregar uma cultura própria. Além disso, ela cria recursos artificiais para facilitar a educação surda, o que pode provocar uma dificuldade de comunicação entre surdos que dominam códigos diferentes da língua de sinais. Entre as principais metodologias da Comunicação Total encontram-se: *datilologia*, *cued-speech* (sinais manuais), português sinalizado, *pidgin* (simplificação da

gramática de duas línguas: português e de sinais).

Diferentemente das filosofias mencionadas anteriormente, o Bilinguismo prega a aceitação e a convivência com a diferença, procurando aproximar e facilitar a comunicação entre a criança surda e a família ouvinte. Cerca de 90% das crianças surdas são oriundas de famílias ouvintes, portanto é fundamental o envolvimento da família na aprendizagem da língua de sinais. O pressuposto básico desta filosofia é o aprendizado da língua materna e natural (de sinais) e como segunda língua, a oficial do país (para nós, o português brasileiro). Um diferencial profundo nesta concepção é a compreensão da surdez, dado que o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte. Nesse contexto, podemos compreender que o povo surdo forma uma comunidade com cultura, língua e identidade próprias.

A proposta da educação bilíngue para surdos pode ser definida como uma oposição aos discursos e às práticas clínicas hegemônicas – características da educação e da escolarização dos surdos nas últimas décadas – e como um reconhecimento político da surdez como diferença (SKILIAR, 1999, p. 1).

A Língua de Sinais seria, então, a única forma de domínio completo que serviria para todas as necessidades cognitivas e de comunicação dos surdos. Todavia, na prática, a língua ainda não foi implementada no Brasil: são raros os programas televisivos em língua de sinais, não existem intérpretes suficientes e grande parte dos surdos e seus familiares sequer conhecem a linguagem.

Entender a história da educação surda e as diferentes filosofias educacionais nos permite entender o surdo, suas particularidades, sua língua e as suas formas singulares de vida em sociedade, bem como resgatar alguns vestígios históricos que marcaram a “inclusão” do povo surdo no processo educacional. Atualmente, a inclusão é apenas um jogo político (maravilhosa no papel), porém estamos bem longe do que seria ideal.

Podemos perceber uma forte ambiguidade no termo “bilíngue”, o qual não pode ser descrito como uma situação de harmonia e intercâmbios culturais, mas como uma realidade conflitiva.

Em um extremo se localizam aquelas experiências educacionais que caminham procurando um hipotético “equilíbrio” entre a língua de sinais e a língua oficial, burocratizando, governando e administrando a língua dos surdos. No outro extremo, renovam-se as imposições “ouvintistas” se deslocando do “oral” para a escrita e leitura. Entre esses extremos imaginários surge a sensação de uma dominação política e de uma afirmação de imposições culturais, que acabam originando uma falsa condição de bilinguismo, e/ou um pseudo-bilinguismo (SKILIAR, 1999, p. 3).

De forma geral, o que ocorre é uma imposição pela adaptação ao modelo ouvintista sem respeito à identidade.

O ideal sobre a inclusão nas escolas de ouvintes, é que as mesmas se preparem para dar aos alunos surdos os conteúdos pela língua de sinais, através de recursos visuais, tais como figuras, língua portuguesa escrita e leitura, a fim de desenvolver nos alunos a memória visual e o hábito de leitura; que recebam o apoio de professor especialista conhecedor de língua de sinais e enfim, proporcionando intérpretes de língua de sinais, para o maior acompanhamento das aulas. Outra possibilidade é contar com a ajuda de professores, instrutores e monitores surdos, que auxiliem o professor e trabalhem com a língua de sinais nas escolas (STROBEL, 2006, p. 252).

Para Karin Strobel (2006), não há inclusão, e sim “adaptação” forçada com a situação do cotidiano nas salas de aula. O sujeito surdo deve ter a possibilidade de estudar em escola de surdos e lutar por seus espaços para comunicar-se adequadamente. O Brasil ainda precisa perceber o sujeito surdo como uma diferença linguística e cultural.

Referências

- GOLDFELD, Marcia. Breve relato sobre a educação de surdos. In: _____. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 2001.
- SILVA, Fábio Irineu et al. Aprendendo Libras como segunda língua – nível básico. **Caderno Pedagógico 1 – Curso de Libras**. Santa Catarina: NEPEs, 2007.
- SKILIAR, Carlos. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKILIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- STROBEL, Karin Lílian. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. In: **Dossiê Grupo de Estudos e Subjetividades - Educação Temática Digital (ETD)**, Campinas, v. 7, p. 245-254, jun. 2006.

Submetido em 18 de fevereiro de 2011

Aprovado em 6 de maio de 2011